

397

DEFERIDO

nos termos da informação
Porto, em sessão da Comissão Executiva
2 de Março de 1916



R. das Juntas

Rua Câmara Municipal do Porto

Psc. 20400

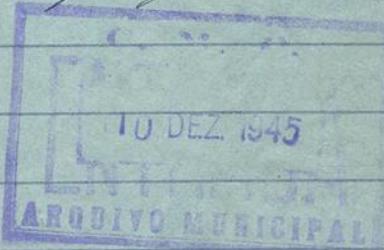
constitui da quantia de

100 mil réis, para a execução

de um projeto que n'esta data

3 de junho de 1916

Eduardo Augusto de Souza Pinto, pro
prietário, desta Cidade, tendo sido
intimado em sede de p. p. para reconstruir
o seu prédio na ruado Duque de Lou-
le e Oliveira Rodrigues de Freitas nº
411, vem apresentar o projeto final,
da obra a executar, para a sua aprovação
e bem assim requer que seja fornecida a
respetiva licença.



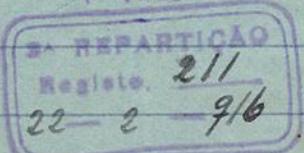
Deseja-se agradecer
a licença

Pede desculpa

Porto 21 de Fevereiro de 1916

211

R.E.



Licença N.º 389

10 de junho de 1916

Eduardo Augusto de Souza Pinto

CMP
AG

398

Approved
Porto em sessão da Com. Sec.
2 de Março de 1916



CMP
AG

~~Flores Biblio Márcos~~ descriptiva

O projeto juntamente destina-se à construção de um prédio para negócios com pentes para a rua Duque de Loulé e Benedito Rodrigues de Freitas.

O prédio compõe-se de dois pavimentos sendo o do rés-do-chão destinado à loja e o andar ao armazém.

Pestecava-se o corpo central do resto da construção com pilares aos quais sairão o mezanino ou alpendreamento $0,12$ e para entar pilótes ficou-se entre as fachadas e feitos num largo furo para colocações de letas.

Toda a construção será empregada matéria de primeira qualidade e os alicerces levarão uma camada de asfalto $0,15$ a $0,20$ m. sobre o solo que dobrará $0,10$ para suportar as juntas e as paredes em elevação terão de $0,40$ e $0,30$ m. de espessura, e serão também muito bem asfaltadas interiormente. As cantarias da fachada serão toscas para serem revestidas a cimento.

Os rigamentos bem como as madeiras grossas de armazém do teto, e caixilhos

serão de cestinho sendo as restantes madeiras
de pinho nacional. A cobertura será de
telha tipo marseilles e todos os canos serão
muito bem executados para perfeita vedação
ao telhado. As tubulações levárias ao telhado
e o tubo ventilador prolongar-se-ão seu
meio acima do eixo do telhado e os ob-
jetos serão canalizados como a talhamento
para o cano gofre em cano de 0,14 ^m de
diâmetro interior havendo na parte da
entrada uma caixa suspensa para inspeção
e limpeza que fechará hermeticamente com
tampa dupla.

Pesquisando diariamente em toda a constelação
serão estudadas as disposições do Regu-
lamento de Salubridade das Edificações ¹⁹¹¹ portu-
nas, aprovado por Decreto de 14 de Fevereiro
de 1903.

Registo } N.º 2118 E 400
Data 22-2-916

Licença } N.
Data

CMP
AG



Camara Municipal do Porto

3.ª Repartição – Obras Publicas

EDIFICAÇÃO URBANA

Especificação da obra: *reconstrução de casa*

Requerente: *Edmundo Augusto Souza Pinto*

Morada:

Situação da obra: *Rua Duque de Loulé A. Rodrigues de Freitas*

Responsável:

A) No projecto apresentado é

- de ^{m²}, a superfície total coberta, incluindo annexos;
de ^{m²}, a superfície total habitável (util);
de ^{m²}, a extensão horizontal total das fachadas voltadas para a via publica;
e de ^{m²}, a menor distância d'aquellas a esta;
de ^{m²}, a altura média da mais alta das fachadas;
e de ^{m²}, a altura média da mais baixa das fachadas.
Tem pavimentos de nível superior ao do solo circumjacente, aguas-furtadas e lojas de pavimento mais baixo que o solo.

Destina-se a:

Está nos casos do art. 136.º do Cod. de Post.

Declaração de responsabilidade:

O projecto

B) pelo que respeita ás prescripções do Código de Posturas em vigor e do Regulamento de Salubridade das edificações urbanas, aprovado por decreto de 14 de Fevereiro de 1903:

- a) sobre a altura das fachadas (art.ºs 5.º e 6.º do R. de S.)
 - b) sobre a altura inferior, ou pé direito dos andares (§ 3.º do art. 6.º do R. de S.)
 - c) sobre quartos de dormir e dormitorios (art. 13.º do R. de S.)
 - d) sobre as dimensões das janellas (art. 11.º do R. de S.)
 - e) sobre pateos e saguões (art.ºs 19.º e 20.º do R. de S.)
 - f) sobre escadas interiores (§§ 1.º e 2.º do art. 9.º do R. de S.)
 - g) sobre portas, janellas, balcões ou mostradores nos andares terreos (art. 146.º do C. de P.).
 - h) sobre alpendres, sobre-ceus ou cobertura de portas avançando sobre a via publica (art. 146.º e seus §§ 1.º e 3.º do C. de P.)
- Nota: a superficie da projecção do alpendre na via publica é de ^{m²}; a taxa annual a que se refere o § 2.º do art. 146.º do C. de P.) poderá ser de réis
- i) sobre peões salientes junto das hombreiras dos portaes (art. 132.º do C. de P.)
 - j) sobre degraus, escadarias, rampas e balcões junto ás soleiras das portas (art. 131.º do C. de P.)
 - k) sobre beiraes e calões dos telhados (§ 1.º do art. 136.º do C. de P.)
 - l) sobre tubos de queda (art. 25.º a 35.º inclusivé, do R. de S. e § 2.º do art. 136.º, art. 148.º, 149.º e 168.º do C. de P.)
 - m) sobre siphões e tubos de ventillação (art. 36.º a 41.º inclusivé do R. de S.)
 - n) sobre latrinas, pias, urinoes e outros esquadouros (art. 42.º a 47.º inclusivé)
 - o) sobre fossas (art. 48.º a 53.º do R. de S.)
 - p) sobre as condições a que deve satisfazer os alojamentos de pavimento subjacente ao da rua ou do terreno confinante (art. 18.º do R. de S.)
 - q) sobre a defeza das paredes contra a humidade vinda capillarmente dos alicerces (art. 10.º do R. de S.) ou vinda dos telhados (art. 16.º do R. de S.)
 - r) sobre a defeza dos pavimentos terreos contra a humidade (art. 9.º do R. de S.)
 - s) sobre chaminés (art. 129.º e 130.º do C. de P.)
 - t) sobre alojamento para animaes (art. 54.º e 55.º do R. de S.)
 - u) sobre edificios para reuniões publicas, como egrejas, theatros, etc., e para officinas (art. 12.º do R. de S.)
 - v) sobre os terrenos alagadiços, humidos ou sujos (art. 1.º e 2.º do R. de S.)
 - x) sobre construções ou installações onde possam depositar-se immundices, como cavallariças, curraes, vaccarias, lavadouros, fabricas de productos corrosivos ou prejudiciaes para a saude publica, etc. (art. 3.º do R. de S.)
 - y) sobre terrenos vizinhos de cemiterios (art. 4.º do R. de S.)
 - z) sobre a saliencia de varandas cobertas, balcões, *bow-windows*, etc.

C) sob o ponto de vista architectonico

D) pelo que respeita á estabilidade

Condições a impôr:

401
M

CMP
AG

Alinhamento: a determinar

Nivel de soleiras: "

Depósito: 100,00

Observações:

D'c. de M. Sanitário

Aprovada pela Cade M. Sanitário
em sessão de 25-2-916

D'c. de E. Estética

COMISSÃO DE ESTÉTICA

DA CIDADE DO PORTO

Alvarenga

Sessão de 4 de Fevereiro de 1916

O. Secretaria

Acordo

Comissões de espírito

29-2-916

P. J. Pinto

Mes

Câmara Municipal



da Cidade do Porto

ANO CIVIL DE 1916

402
C.M.P.
AG

Guia de entrada de depósito N.º 322

Despacho de 2 de Março de 1916

Dinheiro corrente....	20 \$ 00
Papeis de crédito....	\$
Total Esc.	20 \$ 00

Pela presente guia vai Eduardo Augusto de Souza Pinto
entrar no cofre desta Municipalidade com a quantia de vinte escudos em
dinheiro.

como depósito de garantia às condições em que lhe foi concedida h'í
cerca de 1.º 389 d'ista data, para recomprá-lo um
predio situado na rua Duque de Loulé e Ave-
niida Rodrigues de Freitas n.º III.

: quantia de que o respectivo tesoureiro passará o competente recibo.

Porto e Repartição de Fazenda Municipal, 3 de Julho de 1916

J. M. G. da Costa
0 Chefe dos Serviços de Fazenda,

Recebi a quantia de vinte escudos ~

supra mencionada.

Tesouraria Municipal do Porto, em 3 de Julho de 1916

Registada

0 Tesoureiro,

Em 3 de Julho de 1916

Spacencia

J. M. G. da Costa



CMP
AG

Municipalidade do Porto

Concede-se licença a Eduardo Augusto Loureiro Pinto

para que possa reconstruir um predio situado na rua Leagues de Loulé e Avenida das
Drogarias de Freitas, N.º 411, conforme o
projecto que lhe foi aprovado em 2 de
Março ultimo,

(Large handwritten signature)

em harmonia com o disposto no regulamento das edificações urbanas, decretado em 14 de Fevereiro de 1903, e ficando sujeito ao alinhamento e nível de soleiras que lhe serão designados gratuitamente e ao disposto nas respectivas posturas e mais deliberações municipaes; e bem assim para que possa ocupar logar em terreno publico para deposito de materiaes, devendo cumprir o disposto nos art.^{os} 138 a 140 inclusivè do Código de Posturas Municipaes.

Porto e Paços do Concelho, 3 de Junho de 1916

(a) A. Amílcar de Barros Engenheiro Chefe da 3.ª Repartição, subscrevi.

O Presidente da C. Executiva

(g) Santos Silveira

Nesta emolumentos para a Câmara
Escudos 1\$00

Alberto L. G. Soeiro

Registada.

Tostes

Depositou na thesouraria do Concelho a quantia de cinco
escudos Esc., conforme a guia n.º 322